

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : EDEMILSON LUIZ SIQUEIRA  
**AGRAVANTE** : CRISTINA BENEDETI GUILHEM  
**AGRAVANTE** : ANA CHRISTINA RAEDER  
**AGRAVANTE** : JADIR ANTONIO DORIGO  
**AGRAVANTE** : LUIZ CARLOS DE LIMA  
**AGRAVANTE** : LUIZ CARLOS METZ  
**AGRAVANTE** : MOACIR BECKES  
**ADVOGADO** : LUCIANA INES RAMBO - RS052887  
**AGRAVADO** : UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO  
PARANÁ UTFPR

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MP 2.150-39/2001. FATO SUPERVENIENTE. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Afasta-se a ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. O aresto recorrido não destoia do entendimento desta Corte, segundo o qual não ofende a coisa julgada quando "*a limitação temporal pleiteada em sede de embargos à execução foi prevista em norma que somente veio a entrar em vigor em data posterior ao último momento em que se mostrava possível a apresentação de tal alegação pela defesa no processo cognitivo, constituindo, assim, fato superveniente*" (AgRg nos EREsp 1.094.515/PR, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 25/02/2016, DJe 02/03/2016).

3. Nesse mesmo sentido, anatem-se as seguintes decisões proferidas em hipóteses semelhantes, que tratam de execução oriunda da Ação Coletiva 2000.70.00.002014-1: REsp 1.105.056/PR, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe 24/04/2009; REsp 1.153.479/PR, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe 09/06/2010; REsp 1.184.483/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, DJe 23/02/2011; REsp 1.218.834/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 06/09/2011; REsp 1.324.626/PR, Ministro Castro Meira, DJe 10/09/2012 e REsp 1.100.534/PR, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, DJe 10/06/2014.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina  
Relator

